
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 018, DE 18 DE JULHO DE 2018.

Altera disposições constantes da Lei n. 553 de 30 de dezembro de 2009 - Plano de Cargos e Salários dos Servidores pertencentes ao Quadro do Magistério do Município de Arapuá, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Arapuá, no exercício de suas atribuições legais e, investido no poder conferido pelo povo, apresenta o seguinte projeto de lei:

Art. 1º O art. 10, da Lei Municipal n. 553, de 30 de dezembro de 2009, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10 - Para o provimento de cargo efetivo ou comissionado do quadro do magistério, exigir-se-á, no mínimo, a seguinte habilitação:

I – Diretor Escolar: Superior Completo em Pedagogia, com licenciatura curta e/ou plena, sendo um cargo de recrutamento limitado.

II – Professor da Educação Escolar Básica, habilitado em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e no ensino fundamental, com formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal, devendo obter formação superior em curso de licenciatura plena até 2020;

III – Supervisora: superior completo em Pedagogia, com especialização em Supervisão Escolar e/ou Orientação Educacional até 2020;

IV – Secretária Escolar: Ensino Médio Completo;

V – Servente Escolar: Elementar.

§ 1º – Os professores que atuam na Creche Municipal terão acréscimo de 5% (cinco por cento) no salário base, em razão da carga horária de 27 horas e meia semanais.

§ 2º - Os cargos de Diretor Escolar e Supervisor Escolar, serão providos de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, podendo receber uma gratificação pelo exercício da função, podendo chegar até 50% (cinquenta por cento) do vencimento-base no caso do primeiro e 30% (trinta por cento) do vencimento-base na hipótese do segundo, independentemente das vantagens obtidas no cargo.”

Art. 2º O art. 14, da Lei Municipal n. 553, de 30 de dezembro de 2009, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14. O adicional por tempo de serviço é devido à razão de dez por cento a cada período de cinco anos de efetivo e ininterrupto exercício no serviço público municipal, incidente sobre o vencimento do servidor, a partir do mês em que completar esse período.

Parágrafo Único. Entende-se por ininterrupto exercício no serviço público municipal, o período compreendido de cada 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, sem faltas injustificadas ou licenças sem vencimento.”

Art. 3º O art. 15, da Lei Municipal n. 553, de 30 de dezembro de 2009, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 15 - O incentivo de titulação será calculado da seguinte forma:

I - Incentivo em titulação por mestrado na área de atuação - 30% (quinze por cento) sobre o vencimento base.

Parágrafo Único. Ficam incorporados no vencimento dos servidores da Educação o incentivo de graduação e incentivo de pós-graduação, recebidos até a vigência da Lei Modificadora, para todos os fins e direitos, resguardando àquele que ainda não alcançou esse direito a oportunidade de obtê-lo através da sua qualificação profissional até 2020.

Art. 4º O art. 16, da Lei Municipal n. 553, de 30 de dezembro de 2009, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 16 - O incentivo para professores que trabalham diretamente com a regência de classe em turma regular, referente a pó-de-giz, será de 15% (quinze por cento) sobre o vencimento base, na educação infantil e nos anos iniciais (1º ao 5º) do ensino fundamental.”

Art. 5º O § 1º, do art. 18, da Lei Municipal n. 553, de 30 de dezembro de 2009, passará a vigorar com a seguinte redação:

“§ 1º - Se o vencimento do cargo efetivo for igual ou superior ao do cargo de provimento em comissão, o servidor efetivo definido no caput deste artigo, poderá optar pela percepção do correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do vencimento de provimento em comissão.”



Art. 6º Fica instituído o processo de lotação das salas de aula da rede pública municipal de educação que deverá obedecer ao Regulamento da Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Único. O processo de lotação das salas de aula da rede pública municipal de educação para ano letivo será orientado pela lista de professores efetivos e em pleno exercício de suas atividades funcionais, devendo ser regulamentada pela Secretaria Municipal de Educação e publicada anualmente com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da sessão pública de escolha.

Art. 7º Fica instituído o abono pecuniário denominado “Complemento Piso Professor”, a ser representado pela sigla “CPP”, para os profissionais do magistério da rede pública municipal de Educação do Município de Arapuá, nos moldes do § 2º, do art. 2º da Lei n. 11.738, de 16 de julho de 2008, visando atender o seu §1º, a ser implementado quando o vencimento em que estiver enquadrado o servidor for inferior ao valor do Piso Nacional dos Profissionais do Magistério, correspondendo assim a essa diferença, obedecida a jornada do trabalhador, devendo ser reajustado, anualmente, nos termos do art. 5º do mesmo Diploma Legal.

Parágrafo Único. O valor do Complemento Piso Professor a que se refere o *caput* deste artigo, não será considerado para efeito de cálculo de qualquer vantagem pecuniária, exceto no compute do décimo terceiro salário e no cálculo do terço de férias.

Art. 8º O cargo de Monitor de Creche passará a integrar o Plano de Carreira do Magistério e terá seu vencimento base fixado em R\$ 1029,36 (um mil e vinte e nove reais e trinta e seis centavos).



Art. 9º Fica criado 01 (um) cargo de provimento efetivo de educador físico, com carga horária de 24 horas semanais e vencimento base fixado em R\$ 857,80 (oitocentos e cinquenta e sete reais e oitenta centavos).

§ 1º São atribuições do cargo de Educador Físico:

I - Reger salas de aula em atividades de educação física, desportivas e de laser;

II - atuar na área de ensino e prática esportiva;

III - elaborar programas e plano de trabalho, controle e avaliação de rendimento;

IV - organizar e acompanhar turmas de competições e excursões ainda que fora do Município; manter disciplina; organizar e participar de reuniões;

V - colaborar na conservação da ordem do ambiente de trabalho;

VI - desempenhar tarefas afins.

§ 2º São requisitos para o cargo de Educador físico:

I - Curso Superior em Educação Física, licenciatura plena;

II - Registro no órgão de classe.

Art. 10. Fica revogado o Capítulo VII, arts. 25 a 29, extinguindo-se a progressão salarial.

Art. 11. O cargo de servente escolar fica submetido às regras constantes do Plano de Cargos e Salários dos Servidores pertencentes ao Quadro do Magistério em relação ao direito de férias.

Art. 12. As despesas provenientes pela efetivação do presente projeto de lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 13. É parte integrante desta Lei o Anexo I - Quadro de Cargos, número de vagas, carga horária e vencimentos.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário.



Art. 15. Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 2018.

Arapua, 18 de julho de 2018.


JOÃO BATISTA TERTO DA CUNHA
PREFEITO MUNICIPAL

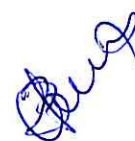
CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ - MG
☒ APROVADO ☐ REJEITADO
Em 1 Discussão e Votação por 6x0 votos.
Arapua. 27/07/2018

PRESIDENTE DA CÂMARA

SECRETÁRIO

ANEXO I

Cargo	Carga horária semanal	Qtde. de cargos necessários	Salário base sem incorporação	Salário base com 10% de incorporação	salário base com 20% de incorporação
Diretor	D.E.	03	1.515,80	-	-
Educador Físico	24	01	857,80	-	-
Monitor de Creche	24	04	857,80	-	1029,36
Professor PI	24	01	708,93	-	-
Professor PII	24	01	779,82	857,80	-
Professor PIII	24	27	857,80	943,58	1029,36
Servente Escolar	30	06	900,00	-	-
Supervisor	24	04	1.300,00	-	-



MENSAGEM EXECUTIVA

Caríssimos Parlamentares,

Iniciando o processo de atualização legislativa que necessita nosso Município, encaminho para apreciação de V. Exas., o projeto de lei que altera as disposições do Plano de Cargos e Salários dos Servidores pertencentes ao Quadro do Magistério do Município de Arapuá – Lei Municipal n. 553, de 30 de dezembro de 2009.

Dentre as modificações que se apresentam vale destacar a instituição do processo de lotação de salas e implementação do complemento ao piso salarial da categoria, mudanças que refletem as reivindicações da classe durante anos em nosso Município.

O referido projeto teve como norte a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), Lei n. 11.738, de 16 de julho de 2008 (Institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica) e, Lei Municipal n. 635, de 23 de junho de 2015 (Plano Municipal de Educação).

Nesse sentido, contando com a sempre acurada análise desta egrégia Casa de Leis, aguardamos a apreciação do referido projeto para, uma vez aprovado, seja regularmente sancionado para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Arapuá, 18 de julho de 2018.


JOÃO BATISTA TERTO DA CUNHA
PREFEITO MUNICIPAL

DADOS DO IMPACTO NA FOLHA DE PAGAMENTO - EXERCÍCIO DE 2018 - Data: 20 de julho de 2018

EXERCÍCIO	2015		2016		2017		2018		2019		2020	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	10.379.227,24	%	11.978.879,95	%	12.111.046,67	%	12.737.431,21	%	13.310.615,61	%	13.909.593,32	%
1 - Despesa Total com Pessoal	5.370.427,46	51,74	5.706.973,69	47,64	5.453.634,94	45,03	6.381.587,78	50,10	6.668.759,23	50,10	6.968.853,40	50,10
Limite 90% (Parag. 1o, Inc. II, art. 59)	5.044.304,44	48,60	5.821.735,66	48,60	5.885.968,68	48,60	6.190.391,57	48,60	6.468.959,19	48,60	6.760.062,35	48,60
Limite Prudencial 95% (Parag. Único, art. 22)	5.324.543,57	51,30	6.145.165,41	51,30	6.212.966,94	51,30	6.534.302,21	51,30	6.828.345,81	51,30	7.135.621,37	51,30
Limite Legal (art. 20) - LC 101/2000	5.604.782,71	54,00	6.468.595,17	54,00	6.539.965,20	54,00	6.878.212,85	54,00	7.187.732,43	54,00	7.511.180,39	54,00

Na composição da Receita Corrente Líquida para o período de 2018 foi considerado os valores efetivamente arrecadados de Julho de 2017 a junho de 2018.

Na projeção da Receita Corrente Líquida para o período de 2019 a 2020, utilizou-se dos índices previstos na LDO para 2018, ou seja, 4,50%.

No valor constado no campo "Despesa Total com Pessoal", para o exercício de 2018, já se encontram computados os valores referentes a alteração da base, as incidências e recomposição ao mínimo, recalculados na base de junho de 2018

No decorrer do exercício financeiro, algumas incidências de gastos na folha impactam significativa o aumento do índice. Destacamos os quinquênios e biênios. Esses aumentos não foram considerados na projeção devido a dificuldade de mensurá-los. Assim, deve haver uma margem para se chegar ao Limite Prudencial.


DANILO CARLOS DA ROCHA
 CONTADOR CRCMG 067852/O-5


JOÃO BATISTA TERTO DA CUNHA
 PREFEITO MUNICIPAL

DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESAS

Eu, JOAO BATISTA TERTO DA CUNHA, Prefeito Municipal de Arapua/MG, no uso de minhas atribuições legais e em cumprimento às determinações do inciso II do art. 16 da Lei Complementar 101/2000, na qualidade de Ordenador de Despesas, e à vista da estimativa do Impacto Orçamentário – Financeiro, DECLARO existir recursos para realizar os gastos, cujas despesas, no exercício financeiro de 2018, correrão por conta das dotações orçamentárias já existentes, estando adequadas à Lei Orçamentária Anual e compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual. Declaro, também, que as despesas não ultrapassarão o limite de 54% da Receita Corrente Líquida, conforme previsto no art. 22, parágrafo único da Lei Complementar nº 101/2000.

Arapua, 18 de julho de 2018.



JOÃO BATISTA TERTO DA CUNHA

- Prefeito Municipal -